

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**

Pró-Reitoria de Gestão e Governança  
Gabinete da Superintendência-Geral de Gestão  
Coordenação Geral de Licitações  
Divisão de Licitações

**EDITAL N° 47/2021**

Processo n° 23079.211647/2021-90

**EDITAL SIMPLIFICADO  
CHAMADA PÚBLICA PARA CONTRATAÇÃO POR  
DISPENSA DE LICITAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL N° 47/2021  
(Processo administrativo n° 23079.211647/2021-90)**

Torna-se público que a Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio da Pró-Reitoria de Gestão e Governança, **localizada na Rua Aloísio Teixeira, 278, Prédio 5, Parque Tecnológico, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21941-850**, realizará convocação pública para obtenção de proposta mais vantajosa com vistas à contratação emergencial, nos termos da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

**1. DO PRAZO LIMITE, DO ENDEREÇO PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS**

- 1.1. As propostas serão recebidas, por meio eletrônico ou presencial, **até o prazo limite de 12:00h (meio dia) do dia 16/08/2021**.
- 1.2. Endereço eletrônico para recebimento das propostas: [dispensadelicitacao@pr6.ufrj.br](mailto:dispensadelicitacao@pr6.ufrj.br).
- 1.3. Endereço para recebimento presencial das propostas: Rua Aloísio Teixeira, 278, Prédio 5, Parque Tecnológico, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21941-850.

**2. DO OBJETO**

- 2.1. O objeto do presente certame é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, em caráter emergencial, de empresa especializada para **elaboração de projetos básico e executivo, elaboração de orçamento, execução de obra de engenharia e as-built para recuperação da rede elétrica, de lógica, dados e telefonia da sala do SIARQ** – Sistema de Arquivos da UFRJ e Serviços Complementares, localizado na Av. Pedro Calmon, 550, Edifício da Reitoria – Cidade Universitária – Rio de Janeiro - RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 2.2. A dispensa de licitação será realizada em único item.
- 2.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 2.4. A contratação será realizada pelo regime de empreitada por preço unitário, sagrando-se vencedor o interessado que ofertar o menor preço.
- 2.5. O valor estimado para a contratação é de R\$ 421.288,69 (quatrocentos e vinte e um mil, duzentos e oitenta e oito reais e sessenta e nove centavos).

**3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 3.1. As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 15236/153115  
Fonte: 8100  
Programa de Trabalho: 169837  
Elemento de Despesa: 339039  
PI: V0000G4311N

**4. DO CREDENCIAMENTO**

- 4.1. Para participação neste certame, os interessados deverão possuir o credenciamento, ao menos, no nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.
- 4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**5. DA PARTICIPAÇÃO NESTE CERTAME**

- 5.1. Poderão participar deste certame interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto a ser contratado, e que estejam com Credenciamento regular no SICAF.
- 5.2. Não poderão participar deste certame os interessados:
  - 5.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

- 5.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 5.2.3. pessoa jurídica estrangeira que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 5.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
  - 5.2.5. que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
  - 5.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
  - 5.2.7. Participação concomitante de Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos produtos, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 5.3. É vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:
- 5.3.1. detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
  - 5.3.2. de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.
  - 5.3.3. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010).
- 5.4. Nenhuma proponente poderá participar desta dispensa de licitação com mais de uma proposta de preços.

## 6. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 6.1. Será permitida a subcontratação do objeto, na forma do Projeto Básico anexo a este Edital.

## 7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Os interessados entregarão, por meio de correio eletrônico (e-mail) ou presencialmente, e até o prazo limite estabelecido no item 1 deste instrumento, os documentos de habilitação exigidos neste Edital e a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, incluindo o orçamento sintético, o orçamento analítico, a composição do BDI/encargos sociais e o cronograma físico financeiro, devidamente preenchidos, conforme modelos anexos a este Edital.
- 7.2. A entrega de documentos ocorrerá em uma única etapa, devendo os interessados entregar os documentos de proposta e os documentos de habilitação em um ou mais e-mails, se necessário, até a o prazo limite estabelecido, contendo a identificação do nº do processo administrativo a que se refere este Edital, ou o nº deste Edital, e a identificação do proponente (Razão social e CNPJ).
- 7.3. Os participantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 7.4. O interessado deverá redigir sua proposta observando em especial o preenchimento dos seguintes pontos:
- 7.4.1. Valor total do item;
  - 7.4.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico.
  - 7.4.3. Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da sua apresentação.
- 7.5. Na elaboração da proposta, o proponente deverá considerar 2 (duas) casas decimais em seu preço unitário e total. Caso contrário, a empresa deverá arredondar para baixo os preços ofertados.
- 7.6. O proponente deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução das obras, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto.
- 7.7. O proponente deverá anexar os seguintes documentos:
- 7.7.1. Cronograma físico-financeiro, observando-se as etapas e prazos de execução e a previsão de reembolso orçamentário estabelecida neste Edital e seus anexos, e incluindo as etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras, conforme modelo anexo ao Edital;
  - 7.7.2. Planilhas de orçamento sintético e orçamento analítico, além da composição do BDI/encargos sociais, conforme modelos anexos ao Edital.
- 7.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 7.9. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
- 7.10. É de inteira responsabilidade da proponente obter, dos órgãos competentes, informação sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento do objeto desta dispensa de licitação nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.
- 7.11. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.12. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, sendo o valor global expresso em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 7.13. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 7.14. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo a proposta de outro proponente.

7.15. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7.16. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

## 8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. O comprador verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem especificações técnicas contidas no Projeto Básico.

8.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada, registrada nos autos do processo e disponibilizada na página eletrônica [www.gestao.ufrj.br](http://www.gestao.ufrj.br).

8.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.2. O comprador ordenará as propostas classificadas de acordo com o menor preço, conforme critério definido neste Edital e seus anexos.

8.3. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.3.1. no País;

8.3.2. por empresas brasileiras;

8.3.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.3.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.4. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada na presença de todos os participantes.

8.5. Concluída a classificação, o comprador iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 9. DA ANÁLISE E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Após a análise inicial e classificação das propostas, o comprador iniciará a análise minuciosa da proposta classificada em primeiro lugar.

9.2. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo proponente ou seu representante, e deverá conter:

9.2.1. A razão social da proponente, endereço completo, telefone, endereço eletrônico (e-mail), mencionando o banco, número da conta corrente e da agência bancária no qual serão depositados os pagamentos se a proponente for declarada vencedora;

9.2.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;

9.2.3. Planilha de composição de custos unitários (analítica) de todos os itens da planilha orçamentária, em que deverá constar:

- a) indicação dos quantitativos e dos custos unitários, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba;
- b) composição dos custos unitários quando diferirem daqueles constantes dos sistemas de referências adotados nas licitações; e
- c) detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas - BDI e dos Encargos Sociais - ES.

9.2.3.1. O referido orçamento analítico deverá ser numerado observando a mesma sequência dos itens da planilha orçamentária.

9.2.3.2. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

9.2.3.3. A economicidade da proposta será aferida com base nos custos globais e unitários, conforme art. 42, do Decreto nº 7.581/2011.

9.2.4. Planilha sintética, conforme modelo anexo ao Edital;

9.2.5. Proposta de Preços sintética, conforme modelo anexo ao Edital;

9.2.6. Cronograma físico-financeiro, conforme modelo Anexo ao Edital;

9.2.6.1. O cronograma físico-financeiro enviado pela proponente deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.

9.2.7. A composição analítica do percentual dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI e dos Encargos Sociais - ES, discriminando todas as parcelas que o compõem;

9.2.7.1. Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

9.2.7.2. As alíquotas de tributos cotadas pelo proponente não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

9.2.7.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;

9.2.7.4. As proponentes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos

percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

9.2.7.5. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006.

9.2.7.6. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

9.2.8. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma.

9.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo proponente, no prazo indicado pelo comprador, desde que não haja majoração do preço.

9.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.4.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.5. Será desclassificada a proposta, que:

9.5.1. contenha vícios insanáveis;

9.5.2. não obedeça às especificações técnicas previstas no instrumento convocatório;

9.5.3. apresente preço manifestamente inexequível;

9.5.4. não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração pública; ou

9.5.5. apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável, incluindo previsão de oferta de vantagem não prevista no edital (tais quais financiamentos subsidiados ou a fundo perdido) ou apresentação de preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais proponentes.

9.6. Consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

- a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela administração pública, ou
- b) Valor do orçamento estimado pela Administração Pública.

9.6.1. Na situação deste item, a administração deverá conferir ao proponente a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, mediante diligências na forma deste Edital.

9.6.1.1. Na hipótese acima, o proponente deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto a ser contratado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários.

9.6.2. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo proponente em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

9.7. Sem prejuízo do disposto no item anterior, o comprador poderá, de ofício ou mediante provocação fundada de qualquer interessado, realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do proponente que ela seja demonstrada.

9.8. O proponente que abandonar o certame ou deixar de enviar a documentação solicitada pelo comprador será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital e demais legislações pertinentes a matéria.

9.9. Se a proposta vencedora for desclassificada, o comprador examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o comprador verificará a habilitação do proponente, observado o disposto neste Edital.

## 10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do proponente detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o comprador verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

10.2. Para a consulta de proponentes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

10.2.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.2.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.2.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.2.1.1.2. O proponente será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.2.1.2. Constatada a existência de sanção, o comprador reputará o proponente inabilitado, por falta de condição de participação.

10.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do proponente será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à qualificação econômica financeira, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 e serão verificados, também, os documentos de habilitação recebidos por correio eletrônico.

10.3.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas

10.3.2. É dever do proponente atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.3.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do proponente, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo comprador lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o proponente será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por e-mail, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação.

10.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.7. Se o proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de proponente matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.8. Ressalvado o disposto no item 7.3, para fins de habilitação, os proponentes deverão enviar por correio eletrônico, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir.

#### 10.9. Habilitação jurídica:

10.9.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.9.2. no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.9.3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.9.4. no caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores

10.9.5. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

10.9.6. os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.9.7. procuração, se for o caso, acompanhada de documento de identidade e CPF do procurador.

#### 10.10. Regularidade fiscal e trabalhista:

10.10.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

10.10.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

10.10.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.10.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.10.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.10.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do proponente, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.10.7. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.10.8. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do proponente, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.10.9. caso o proponente seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto a ser contratado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal ou do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

#### 10.11. Qualificação Econômico-Financeira:

10.11.1. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do proponente, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão ou, na omissão deste, emitida, no máximo, há 180 (cento e oitenta) dias da data de abertura da sessão pública;

10.11.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o proponente deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma da lei, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

10.11.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.11.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.11.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

10.11.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.11.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

#### 10.12. Qualificação Técnica:

10.12.1. Registro ou inscrição da empresa proponente no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

10.12.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do proponente, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto do presente certame, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto deste certame, tendo as seguintes características mínimas:

10.12.2.1. Recuperação de redes de instalações elétricas para ambientes de trabalho com área mínima de 230,38 m<sup>2</sup> e 30 estações de trabalho (vide Projeto Básico, item 16 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR).

10.12.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

10.12.4. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução da obra ou serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

10.12.4.1. Arquiteto e/ou Engenheiro Civil: Recuperação de redes de instalação elétrica.

10.12.5. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente do proponente, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o proponente, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o proponente se sagre vencedor do certame.

10.12.6. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

10.12.7. As proponentes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia

10.12.8. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, em conformidade com os serviços constantes nos anexos do Projeto Básico.

10.12.8.1. Para atendimento ao subitem anterior, as proponentes deverão utilizar o modelo de declaração anexo a este Edital;

10.12.9. Atestados de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme modelo estabelecido no Anexo VIII do Projeto Básico.

10.13. Caso seja verificada a ausência de documento de habilitação, ou caso tenha sido apresentado documento de habilitação incompleto, será dado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, improrrogáveis, ao proponente para entrega do documento faltante.

10.14. Após o prazo informado no subitem anterior, será inabilitado o proponente que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.15. Para habilitação, a proponente também deverá observar as demais exigências contidas no Anexo I – Básico, sob pena de desclassificação.

10.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o proponente será declarado vencedor.

#### 11. DA DECLARAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA E DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

11.1. Além da declaração do vencedor ser registrada nos autos do processo, o resultado do julgamento será publicado na página eletrônica [www.gestao.ufrj.br](http://www.gestao.ufrj.br), também como no Diário Oficial da União.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.3. A proposta vencedora e os documentos complementares, caso exigidos, estarão disponíveis na página eletrônica [www.gestao.ufrj.br](http://www.gestao.ufrj.br).

11.4. Também será publicada, na página eletrônica [www.gestao.ufrj.br](http://www.gestao.ufrj.br), a ordem de classificação dos demais proponentes, mesmo não tendo sido analisados os documentos de proposta e de habilitação, para, se for o caso, serem chamados caso ocorra algum impedimento para a contratação da vencedora.

## 12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Projeto Básico.

## 13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1. Após a publicação do resultado no Diário Oficial da União – DOU, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

13.2. O proponente vencedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação por correio eletrônico, para assinar o Termo de Contrato, cujo arquivo em PDF seguirá anexado na convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. O prazo aqui informado será utilizado para comparecimento ao órgão para a assinatura do Termo de Contrato, ou alternativamente, para devolução do documento (recebido em PDF) com as devidas assinaturas.

13.3. O prazo de vigência da contratação é de 210 (duzentos e dez) dias, improrrogáveis, conforme previsão no Projeto Básico e no Termo de Contrato.

13.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

13.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo proponente durante a vigência do contrato.

13.6. Na hipótese de o vencedor deste certame não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse proponente, poderá convocar outro proponente, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

## 14. DO REAJUSTE EM SENTIDO GERAL

14.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo a este Edital.

## 15. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Projeto Básico.

## 16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Projeto Básico.

## 17. DO PAGAMENTO

17.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo a este Edital.

17.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

## 18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, o proponente que:

- 18.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 18.1.2. apresentar documentação falsa;
- 18.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 18.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.1.5. não manter a proposta;
- 18.1.6. cometer fraude fiscal;
- 18.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação ou o conluio entre os proponentes participantes, em qualquer momento do certame, mesmo após o encerramento da chamada pública.

18.3. O proponente que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

18.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do proponente;

18.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.3.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e credenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

18.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

18.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do proponente, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao proponente, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Projeto Básico.

18.13. A dosimetria da penalidade de impedimento de licitar e contratar utilizará como base os parâmetros estabelecidos na norma interna da UFRJ sobre o tema, disponível em [https://gestao.ufrj.br/images/Instrumentos\\_Normativos/NG\\_2501-01.00.pdf](https://gestao.ufrj.br/images/Instrumentos_Normativos/NG_2501-01.00.pdf).

## 19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a chamada pública observarão o horário de Brasília – DF.

19.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o comprador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.3. A publicação do resultado deste certame não implicará direito à contratação.

19.4. As normas disciplinadoras deste certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

19.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

19.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.gestao.ufrj.br](http://www.gestao.ufrj.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos, no endereço descrito no preâmbulo deste Edital, nos dias úteis, no horário das nove horas às dezesseis horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

19.10. Eventuais pedidos de esclarecimentos podem ser obtidos por meio do endereço de correio eletrônico [dispensadelicitacao@pr6.ufrj.br](mailto:dispensadelicitacao@pr6.ufrj.br), ou por telefone (21) 3938-0488 e (21) 97380-8124.

19.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.11.1. ANEXO I - Projeto Básico (SEI nº 1128137);

19.11.1.1. Anexos do Projeto Básico: I - Justificativa para requisição de demanda para execução de reforma nas instalações do Arquivo Central/SIARQ (SEI nº 0988926); II - Projetos (SEI nº 0991770, 0991777, 0991801, 0991805, 0991816 e 0996920); III - Caderno de Especificações Gerais/Memorial, Caderno de Diretrizes e Diretrizes de Projeto - SIARQ - para Implantação de Redes de Dados, Voz e Serviços Multimídia (SEI nº 0991870, 0991833 e 0996910); IV - Modelo de Planilha Orçamentária/Orçamento Sintético (SEI nº 0993531); V - Modelo de Relação das



Composições de Custo dos Serviços/Orçamento Analítico (SEI nº 0993548); VI - Modelo de Cronograma Físico-financeiro (SEI nº 0993524); VII - Modelo de Declaração de Sustentabilidade (SEI nº 0993566); VIII – Modelo de Termo de Vistoria (SEI nº 0993561).

19.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato (SEI nº 1153360);

19.11.3. ANEXO III - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços - Sintética (SEI nº 0993531);

19.11.4. ANEXO IV - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços - Analítica (SEI nº 0993548);

19.11.5. ANEXO V – Modelo de cronograma físico-financeiro (SEI nº 0993524);

19.11.6. ANEXO VI - Modelo de Proposta de Preço (neste documento SEI);

19.11.7. ANEXO VII - Modelo de Termo de Vistoria (SEI nº 0993561);

19.11.8. ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Instalações, Aparelhamento e Pessoal Técnico Considerados Essenciais para a Execução Contratual (neste documento SEI).

Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2021.

Daniele Mendonça Delgado  
Administradora



Documento assinado eletronicamente por **Daniele Mendonça Delgado, Administrador**, em 06/08/2021, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.ufrj.br/autentica>, informando o código verificador **1188225** e o código CRC **14F1629A**.

## ANEXOS AO EDITAL

### ANEXO I – PROJETO BÁSICO

OBS: O Projeto Básico e seus anexos, em sua íntegra, são aqueles dispostos no processo administrativo (documentos SEI indicados abaixo), que também poderão ser consultados eletronicamente no seguinte arquivo digital compactado postado na página do órgão [www.gestao.ufrj.br](http://www.gestao.ufrj.br): [DL-EMER-47-2021-OBRA-SALA-SIARQ-ANEXO-I-PB.zip](#)

Projeto Básico (SEI nº 1128137);

Anexos do Projeto Básico:

I - Justificativa para requisição de demanda para execução de reforma nas instalações do Arquivo Central/SIARQ (SEI nº 0988926);

II - Projetos (SEI nº 0991770, 0991777, 0991801, 0991805, 0991816 e 0996920);

III - Caderno de Especificações Gerais/Memorial, Caderno de Diretrizes e Diretrizes de Projeto - SIARQ - para Implantação de Redes de Dados, Voz e Serviços Multimedia (SEI nº 0991870, 0991833 e 0996910);

IV - Modelo de Planilha Orçamentária/Orçamento Sintético (SEI nº 0993531);

V - Modelo de Relação das Composições de Custo dos Serviços/Orçamento Analítico (SEI nº 0993548);

VI - Modelo de Cronograma Físico-financeiro (SEI nº 0993524);

VII - Modelo de Declaração de Sustentabilidade (SEI nº 0993566);

VIII – Modelo de Termo de Vistoria (SEI nº 0993561).

### ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

OBS: A Minuta de Termo de Contrato, em sua íntegra, é aquela disposta no processo administrativo (documento SEI nº 1153360), que também poderá ser consultada eletronicamente no seguinte arquivo digital postado na página do órgão [www.gestao.ufrj.br](http://www.gestao.ufrj.br): [DL-EMERGENCIAL-47-2021-OBRA-SALA-SIARQ-ANEXO-II-MTC.pdf](#)

### ANEXO III – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - SINTÉTICA

OBS: O modelo de planilha de custos e formação de preços (sintética), é aquele disposto no processo administrativo, e compõe o Anexo IV do Projeto Básico (documento SEI nº 0993531), o qual poderá ser consultado eletronicamente no seguinte arquivo digital postado na página do órgão [www.gestao.ufrj.br](http://www.gestao.ufrj.br): [DL-EMER-47-2021-OBRA-SALA-SIARQ-ANEXO-I-PB.zip](#) (arquivo PB-Anexo-IV-JMM\_REF\_REC\_SIARQ\_MOD.PLAN.ORD.SINT.R00.ods).

### ANEXO IV – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - ANALÍTICA

OBS: O modelo de planilha de custos e formação de preços (analítica), é aquele disposto no processo administrativo, e compõe o Anexo V do Projeto Básico (documento SEI nº 0993548), o qual poderá ser consultado eletronicamente no seguinte arquivo digital postado na página do órgão [www.gestao.ufrj.br](http://www.gestao.ufrj.br): [DL-EMER-47-2021-OBRA-SALA-SIARQ-ANEXO-I-PB.zip](#) (arquivo PB-Anexo\_V-JMM\_REF\_REC\_SIARQ\_MOD.PLAN.ORD.ANAL.R00.ods).

### ANEXO V – MODELO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

OBS: O modelo de cronograma físico-financeiro, é aquele disposto no processo administrativo, e compõe o Anexo VI do Projeto Básico (documento SEI nº 0993524), o qual poderá ser consultado eletronicamente no seguinte arquivo digital postado na página do órgão [www.gestao.ufrj.br](http://www.gestao.ufrj.br): [DL-EMER-47-2021-OBRA-SALA-SIARQ-ANEXO-I-PB.zip](#) (arquivo PB-Anexo-VI-JMM\_REF\_REC\_SIARQ\_MOD.CRON.01\_R00.ods).

### ANEXO VI – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

<b>PROponente:</b>	
<b>CNPJ:</b>	
<b>Endereço:</b>	
<b>Telefone e e-mail:</b>	
<b>Dados Bancários:</b>	
<b>Dispensa de Licitação nº:</b>	
<b>Objeto:</b>	
<b>Data limite para entrega da proposta:</b> ____/____/____	<b>Horário:</b> ____ h
<b>Validade da proposta:</b> (não inferior a 60 dias)	

À Universidade Federal do Rio de Janeiro (UASG 153115)

Prezados Senhores

Encaminhamos a V.Sas. nossa proposta de preços para a contratação, em caráter emergencial, e empresa especializada para **elaboração de projetos básico e executivo, elaboração de orçamento, execução de obra de engenharia e as-built para recuperação da rede elétrica, de lógica, dados e telefonia da sala do SIARQ** – Sistema de Arquivos da UFRJ e Serviços Complementares, localizado na Av. Pedro Calmon, 550, Edifício da Reitoria – Cidade Universitária – Rio de Janeiro - RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Nº do Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor total da Obra
1	Elaboração de projetos básico e executivo, elaboração de orçamento, execução de obra de engenharia e as-built para recuperação da rede elétrica, de lógica, dados e telefonia da sala do SIARQ/UFRJ.	Unidade	1	R\$......

O valor total é de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso), sendo parte integrante desta proposta a planilha de custos e formação de preços, os cálculos do BDI, de BDI diferenciado, de encargos sociais e o cronograma físico-financeiro.

O preço proposto contempla todas as despesas necessárias à plena execução do serviço, tais como de pessoal e de administração, e todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc) incidentes sobre os serviços objeto deste certame, nada mais sendo lícito pleitear a este título.

Desde já nos declaramos cientes de que a UFRJ procederá à retenção de tributos e contribuições nas situações previstas em lei.

Local e data (mesma data da abertura da sessão pública)

Assinatura

Nome do Representante legal da empresa

RG e CPF

Endereço e CNPJ da Empresa

### ANEXO VII – MODELO TERMO DE VISTORIA

OBS: O modelo de Termo de Vistoria, em sua íntegra, é aquele disposto no processo administrativo e compõe o Anexo VIII do Projeto Básico (documento SEI nº 0993561), o qual poderá ser consultado eletronicamente no seguinte arquivo digital postado na página do órgão [www.gestao.ufrj.br](http://www.gestao.ufrj.br): [DL-EMER-47-2021-OBRA-SALA-SIARQ-ANEXO-I-PB.zip](#) (arquivo PB-Anexo-VIII-Modelo\_de\_termo\_de\_vistoria\_obrigatoria.PDF).

### ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO CONSIDERADOS ESSENCIAIS PARA A EXECUÇÃO CONTRATUAL

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal devidamente constituído, o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

**DECLARA**

**PARA FINS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 47/2021 - UFRJ - UASG 153115**

que a empresa está apta a tomar todas as providências definidas no Edital e iniciar os serviços após a assinatura do Termo de Contrato, ocasião em que disporá das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, conforme listados a seguir:

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

(Local e data)

---

(representante legal do proponente, no âmbito deste certame, com identificação completa)

**MODELO DA AGU UTILIZADO:**

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União  
Edital modelo para Regime Diferenciado de Contratações. Obras  
Atualização: Julho/2020

Extraído de: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/consultoria-geral-da-uniao-1/modelos-de-convenios-licitacoes-e-contratos/modelos-de-licitacoes-e-contratos/regime-diferenciado-de-contratacoes>, acesso em 28 e 29 de julho de 2021.

---

Referência: Processo nº 23079.211647/2021-90

SEI nº 1188225

Rua Aloísio Teixeira, 278 - Prédio 5 - Parque Tecnológico - - Bairro Cidade Universitária

Rio de Janeiro - RJ - CEP CEP 21941-850 - Telefone: (21) 3938-0618 - <http://www.ufrj.br>